

RELATÓRIO - PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

JUNHO DE 2023

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso III, do art. 30, da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), e atendendo ao Roteiro de Atuação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção criado pelo ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, apresentamos o relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os mesmos.

2. PEDIDOS DE ACESSO

No mês de junho de 2023, a Ouvidoria do TCMSP recebeu 02 (dois) pedidos de acesso à informação.

2.1. Índice de Resolutividade dos Pedidos de Acesso.

Dos 02 (dois) pedidos de acesso à informação recebidos pela Ouvidoria do TCMSP, 01 (um) encontra-se atendido e 01 (um) encontra-se em análise, dentro do prazo legal e terá sua resolutividade no mês de julho.

Das 3 (três) manifestações que se encontravam em análise relacionadas ao mês de maio, 01 (uma) foi concluída dentro do prazo estabelecido em Lei e 02 (duas) não foram atendidas no prazo legal e ainda aguardam resposta da Unidade Responsável.

Portanto, o índice de resolutividade no presente mês é de 50%.

3. INFORMAÇÕES SOBRE OS PEDIDOS

- 20230098 – Pedido de informação sobre Auditorias Financeiras no TCMSP – Sexo Feminino – Pessoa Física.

- 20230104 – Pedido de informação referente auditoria operacional realizada na área da educação básica – Sexo Feminino – Pessoa Física.

- 20230080 – Pedido de informação referente a relação histórica dos Conselheiros do TCMSP – Sexo Feminino – Pessoa Física – não atendida no prazo legal, encontrando-se em análise na Unidade responsável.

- 20230081 – Pedido de informação referente a identificação do servidor em folha de pagamento do TCMSP – Sexo Feminino – Pessoa Física - não atendida no prazo legal, encontrando-se em análise na Unidade responsável.

Ante o exposto, cumpre-nos informar que os resultados obtidos demonstram o compromisso do TCMSP em garantir o direito do Cidadão ao acesso às informações sob a guarda do Tribunal ou por ele produzidas.